

PAINEL DE CONTROLE MACROGESTÃO GOVERNAMENTAL do Estado do Espírito Santo

TCEES TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria de Controle Externo de
Macroavaliação Governamental

fevereiro / 2017

Apresentação

O Painel de Controle – Macrogestão Governamental do Estado é uma ferramenta de acompanhamento das finanças do Estado do Espírito Santo, compreendendo o Poder Executivo e demais poderes e entes autônomos, que se propõe a consolidar e publicar tempestivamente informações acerca das finanças públicas estaduais.

É uma ferramenta que surgiu como instrumento gerencial na Secretaria de Controle Externo de Macrogestão Governamental e institucionalizou-se nesta Corte de Contas, estando a disposição do público.

O Painel visa sistematizar e institucionalizar o acompanhamento tempestivo da gestão orçamentária e financeira dos poderes do Estado mediante variáveis de controle, permitindo o acompanhamento da realidade fiscal, econômica e financeira do Estado concomitante com os fatos e a indicação antecipada de medidas corretivas e prospectivas para a atuação responsável da gestão pública.

Com isso, fica viabilizada a possibilidade de o Tribunal e o Gestor Estadual adotarem medidas antes de os problemas se concretizarem, além de contribuir para a disponibilização de informação ao cidadão para incremento do controle social.

Sumário Executivo

No mês de fevereiro de 2017, as análises dos economistas em relação aos indicadores econômicos, especialmente no que tange à retomada do crescimento, ao comportamento da inflação e da taxa de câmbio, resultaram nas seguintes expectativas para o cenário econômico e fiscal:

Panorama Internacional

Ao contrário do que se temia, o cenário internacional tem sido bastante favorável ao Brasil desde a eleição de Donald Trump. De um lado, o país tem se beneficiado de uma forte alta do preço das *commodities*; de outro, de um grande aumento do apetite pelo risco no mercado financeiro internacional.

A alta das *commodities* tem ajudado a economia brasileira de duas formas principais. Uma, empurrando a bolsa de valores para cima, ajudando na recuperação da confiança dos agentes econômicos, além de estimular o investimento e elevar o lucro nos setores beneficiados. Outra, contribuindo para os bons resultados na balança comercial. Em 2016, a recuperação das *commodities* exportadas foi expressiva.

O retorno do bom desempenho das *commodities* dá o tom do superávit da balança comercial previsto para este ano, um exemplo do qual é o resultado de janeiro. Nesse mês as exportações cresceram 33% e as importações 18% na comparação com janeiro de 2016.

Apesar da forte valorização do real frente ao dólar em 2016 (o real saiu de mais de R\$ 4,00/US\$ para pouco mais de R\$ 3,00/US\$), não há sinal de que essa valorização tenha, até aqui, se refletido nos fluxos de comércio, tornando possível projetar um saldo elevado da balança comercial em 2017.

Permanecem dúvidas sobre qual o conteúdo e os impactos da política econômica a ser adotada por Donald Trump. Também preocupa a chance não trivial de partidos populistas vencerem as eleições em importantes países europeus.

Panorama Fiscal Nacional

O grande gargalo continua a ser na área fiscal, onde um possível contingenciamento já no primeiro ano de vigência da EC 95/16, que define um limite máximo para os gastos primários da União, evidencia mais uma vez a fragilidade das contas públicas do governo central. A responsabilidade recai em parte sobre a frustração de receitas, em parte sobre os elevados gastos tributários (desonerações) incorridos no passado. A conclusão é que é preciso fazer mais na área fiscal em 2017.

Em 2017, existem riscos para o orçamento fiscal da União, que foi construído sob hipóteses que destoam das percepções atuais para a economia. O governo espera um crescimento econômico de 1,6%, ao passo que atualmente o mercado projeta um crescimento mais modesto, de apenas 0,48%. Se as previsões de mercado se confirmarem, a estimativa das receitas feita pelo governo central deverá ser revista e, conseqüentemente, o mesmo deve ocorrer com as despesas.

A meta fiscal de 2017 no orçamento da União prevê déficit de R\$ 139 bilhões. Tem-se, então, uma dupla regra para o orçamento: a meta de resultado primário e a limitação dos gastos primários. Analistas do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) pressupõem um crescimento econômico de 0,4% e apontam para uma receita primária muito abaixo da esperada pelo governo. Estimam, também, um crescimento real nas despesas primárias de 2,2%, permitido pela EC 95/16, e próximo ao que está no orçamento. Assim, destacam que a mudança dessas premissas macroeconômicas leva a uma necessidade de contingenciamento das despesas primárias da ordem de R\$ 40 bilhões

para acomodar a nova estimativa de receitas à meta de déficit do governo central.

A recessão minou drasticamente as receitas e, mesmo diante da tentativa de conter o crescimento do gasto por meio de uma regra de limitação, a medida se torna insuficiente. Se computadas apenas as receitas e despesas ditas recorrentes, a realidade é mais dura.

Assim, conclui-se que é necessário fazer mais. A EC 95/16, se cumprida integralmente, ajuda no médio e longo prazos, mas é insuficiente para resolver as questões de curto prazo. A corrida por receitas extraordinárias, iniciada mais fortemente no pós-crise 2008/09, ocultou um déficit que vinha já de antes da atual recessão iniciada em meados de 2014. O orçamento de 2017 da União envolve riscos que podem comprometer o cumprimento da sua meta fiscal.

Panorama Econômico Nacional

O recuo da inflação é um ponto positivo da maior importância. A baixa taxa do IPCA de janeiro de 2017 (0,38%) abre perspectiva de um resultado para o ano bastante próximo à meta (4,5%), criando mais espaço para uma redução substantiva dos juros básicos. As perspectivas de curto prazo nessa área continuam boas. Segundo o IBGE, o IPCA de fevereiro foi 0,33%.

O primeiro trimestre de 2017 deverá acumular alta inferior a 1,5%. Essa taxa é mais de um ponto percentual abaixo da contabilizada no mesmo período em 2016 (2,6%). A principal contribuição para esse resultado está nos preços dos alimentos, comportamento que reflete a oferta de grãos e alimentos *in natura*, que segue mais regular neste verão. Além disso, o prolongamento da recessão e seus efeitos sobre a demanda agregada também estão desacelerando a inflação.

A boa fase dos alimentos engloba outros itens importantes. Observando-se o IPA (índice de preços ao produtor amplo), os preços

do açúcar (-3,7%) e da carne bovina (-2%) tiveram forte recuo em janeiro, o que permitirá a continuidade da desaceleração dos alimentos no IPCA. Em 2016, a alimentação no domicílio subiu 10%, mas diante das boas previsões de safra e do comportamento atual dos preços, a alta não deve ultrapassar 3,2% neste ano.

Depois de vencer o patamar de 9%, os serviços livres (que variam conforme mercado) começaram em meados de 2014 uma progressiva trajetória de redução. Já os preços monitorados (tarifas de serviços públicos e outros preços controlados) registraram aumento mais tímido em janeiro de 2017, de 0,8%, um ponto percentual abaixo da variação apurada ano passado, que foi de 1,8%. Os preços controlados devem avançar mais em 2017 – a trégua atual deve ser restrita ao primeiro trimestre.

As condições internacionais e nacionais se refletem em um nível de atividade que começa a ensaiar sinais mais consistentes de retomada neste início de ano, com uma recuperação, em boa medida, alimentada pela contribuição da agropecuária. Com isso, é possível que o PIB cresça no primeiro trimestre de 2017, embora pouco, revertendo uma longa sequência de taxas negativas. Mas ainda é cedo para ir mais além dessa especulação.

De fato, a lista de fatores que continuam segurando uma retomada mais forte da economia é, infelizmente, longa. Primeiro, a incerteza diminuiu bastante, mas ainda continua elevada. Na área externa, permanecem as dúvidas sobre o efeito Donald Trump. Também preocupa o resultado das eleições em importantes países europeus. Internamente, temos a crise nos Estados, ainda sem solução à vista, receios sobre a tramitação da reforma da Previdência e a dificuldade de cumprir a meta de superávit primário. E mais: há um elevado endividamento de empresas e famílias e uma alta taxa de desemprego, que levam tempo para serem equacionados, especialmente em um quadro de baixo crescimento.

Houve piora na taxa de desemprego no final de 2016, impulsionada pelo elevado crescimento da força de trabalho. A previsão dos

analistas é que o mercado de trabalho irá permanecer fraco no biênio 2017-2018, com retomada lenta e gradual. O registro de dezembro é de pequena elevação do número de pessoas ocupadas em relação ao dado do mês anterior. O mesmo se observa com os resultados do emprego formal. Mas não se trata de nada notável: apenas que a tendência de queda pode estar sendo revertida.

Esses contrapontos são fatores relevantes, que compensam em parte os desenvolvimentos positivos observados nos últimos meses e que explicam porque a economia nacional ainda está muito frágil e a demanda e a produção continuam deprimidas. A produção industrial permanece estagnada em nível muito baixo, mesmo depois do crescimento relativamente forte em dezembro — e bem fraco em janeiro, pelas projeções do Ibre. O mesmo se aplica às vendas no varejo, cujos resultados vêm sendo frágeis. Na raiz desse fraco desempenho está o crédito, ainda muito retraído devido ao endividamento das famílias.

As vendas no varejo continuam apresentando resultados consistentemente fracos, a despeito de eventos pontuais favoráveis no calendário varejista, como as promoções da Black Friday. A intensa distensão do mercado de trabalho, combinada com a retração do crédito, explicam essa sequência de resultados frustrantes. Para 2017, espera-se que o comércio varejista ampliado apresente queda, porém bem menos intensa do que a registrada em 2016, à medida que os consumidores respondam ao processo de distensão das condições financeiras da economia.

O PIB de 2016 fechou com queda de 3,6%. Estima-se para 2017 um PIB positivo de 0,4%, baseado em maior contribuição da indústria e da agropecuária. O cenário é de lenta recuperação, mas o alívio das condições financeiras pode ajudar. Para o ano de 2017, a expectativa do Ibre é de gradual recuperação da atividade industrial, com contribuições positivas da indústria de transformação (2,1%) e da extrativa mineral (3,6%).

Enquanto a agropecuária e, em menor grau, a indústria devam contribuir positivamente para o PIB deste ano, o setor de serviços ainda deverá registrar estabilidade (-0,2%), em parte motivada pelo baixo desempenho esperado para o consumo das famílias. A liberação do saque das contas inativas do FGTS, segundo o Ibre, deverá proporcionar um impulso apenas moderado ao consumo em 2017, de maneira que o crescimento esperado para este ano é positivo, porém modesto.

Já os indicadores de confiança de empresas e consumidores, que aumentaram em janeiro, dão pistas de que a recessão iniciada no segundo trimestre de 2014 pode estar perto do fim. Mas os sinais não são despidos de alguma ambiguidade. Os resultados positivos de janeiro mostram que esses índices apenas retornaram aos níveis de setembro do ano passado. Em médias trimestrais, apontam para uma acomodação. E ainda em nível relativamente baixo, historicamente. Assim, os índices continuam refletindo basicamente redução de pessimismo, e não aumento do otimismo. E, convém não esquecer, a incerteza sobre o ambiente político ainda é grande e pode neutralizar eventuais boas notícias do *front* econômico.

A política monetária está sob ambiente favorável, mas cabe um alerta: é justamente nos períodos de ventos a favor que se costuma desprezar determinados tipos de risco. Há a possibilidade de o Banco Central levar o juro básico da economia para a faixa de um dígito antes do final deste ano, porém, esse cenário está longe de ser um evento certo.

Fonte: Boletim Macro Ibre de fevereiro/2017, Relatórios Focus de fevereiro de 2017, Relatório Prisma Fiscal de fevereiro/2017, IBGE.

Panorama Estadual

- Inflação (Região Metropolitana da Grande Vitória)

Em fevereiro de 2017, a inflação mensurada pelo IPCA na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) foi de 0,19%. Embora na comparação mensal o índice tenha ficado abaixo da média nacional (0,33%), no acumulado dos dois primeiros meses do ano, a inflação da RMGV ficou acima da média do país registrando 0,89% para o IPCA contra 0,71%. A expansão dos preços na RMGV sofreu forte influência do grupo Educação (5,54%), resultado que foi determinado pelos reajustes praticados no início do ano letivo.

Entre os demais grupos pesquisados, contribuíram para o avanço dos preços a variação positiva em Comunicação (0,77%), Despesas pessoais (0,76%), Habitação (0,62%), Saúde e cuidados pessoais (0,29%) e Artigos de residência (0,04%). Em contrapartida, apresentaram deflação: Vestuário (-0,59%), Alimentação e bebidas (-0,57%) e Transportes (-0,48%).

- Exportações

As exportações capixabas de janeiro de 2017 apresentaram queda de 15,60% frente ao mês anterior, após dois meses seguidos de crescimento. O resultado de janeiro, entretanto, foi 2,56% maior que o mesmo mês do ano anterior (2016).

- Importações

Depois de dois meses seguidos de crescimento, as importações capixabas de janeiro de 2017 sofreram queda de 10,18% ante ao mês imediatamente anterior. Na comparação interanual houve redução de 3,30%.

- Emprego Formal

Os dados de pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), divulgados pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), demonstram que, em janeiro de 2017, foram criados 726¹ postos de trabalho com carteira assinada no Espírito Santo, o primeiro mês com resultado positivo desde maio de 2016. Tal desempenho foi decorrente, em grande medida, dos resultados positivos registrados pelos setores da Indústria de Transformação (+1.192), Serviços (+432) e Agropecuária (+263). Em contrapartida o setor de Comércio Varejista registrou um saldo negativo de -1.207 vagas de emprego.

- Construção Civil

O índice da construção civil no Espírito Santo calculado pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil do Espírito Santo (SINAPI-ES) apresentou redução de 0,01% em janeiro de 2017 frente a dezembro de 2016. Na comparação dos últimos 12 meses, o índice acumula variação positiva de 6,78%. O Custo Unitário Básico da Construção Civil no Espírito Santo (CUB-ES) medido pelo Sindicato da Indústria da Construção Civil do Espírito Santo (SINDUSCON-ES) registrou aumento de 0,33% comparado a dezembro de 2016 e variação de 8,92% em relação aos últimos 12 meses.

- Serviço

Em dezembro de 2016, o volume do setor de serviços no Espírito Santo recuou 4,9% na comparação interanual, enquanto a receita nominal caiu 2,5% nessa mesma base de comparação.

1) Resultado da subtração (saldo líquido) entre 25.498 admitidos e 24.772 demitidos no estado do Espírito Santo em janeiro de 2017.

- Comércio Varejista

Em dezembro de 2016, o volume de vendas do comércio varejista capixaba registrou decréscimo de 2,6% em relação a novembro de 2016, na série livre de efeitos sazonais, e recuo de 7,9% na comparação com dezembro de 2015. Com esses resultados, o Comércio Varejista no Espírito Santo acumulou queda de 10,6% no ano de 2016.

Fonte: Instituto Jones Santos Neves (IJSN)

- Finanças públicas estaduais

A receita arrecada do Estado em fevereiro (R\$ 1.363 milhões) subiu 20,1% em relação a de janeiro (R\$ 1.136 milhões), constituindo-se o segundo melhor resultado nos últimos 12 meses. Esse aumento foi oriundo das transferências correntes, especificamente da arrecadação de compensação financeira cujo desempenho sofre influencia direta dos royalties do petróleo a cada três meses.

Em fevereiro, a arrecadação da compensação financeira atingiu R\$ 253 milhões, melhor resultado dos últimos oito trimestres, subindo 27,2% em relação a novembro de 2016, trimestre anterior do repasse dos royalties do petróleo. Em sentido inverso, a arrecadação do ICMS em fevereiro (R\$ 423 milhões) teve queda de 12,7% em relação a janeiro, retornando ao nível de arrecadação obtida em setembro de 2016.

A receita tributária apresentou queda em fevereiro, comparado com janeiro. Dos tributos compreendidos na análise, destacam-se: impostos, 12,0% (sendo: IPVA -1,5% e ICMS -12,7%); e taxas, -20,3%. Por outro lado, as receitas de transferências intergovernamentais apresentaram considerável aumento (de 93,5%) no período, sendo: participação na receita da União, 19,8%; transferência da compensação financeira, 27,2%; e transferência de recursos do SUS, 55,3%.

A receita arrecada no mês de fevereiro (R\$ 1.363 milhões) ficou R\$ 14 milhões acima da média prevista para o mês, ajudando a quebrar a sequência da frustração na arrecadação. Entretanto, no acumulado do ano, a arrecadação ficou abaixo da média prevista no montante de - R\$ 200 milhões.

As despesas continuam sendo executadas dentro do limite das receitas arrecadadas. Em fevereiro, a receita arrecada apresenta uma “folga” em relação às despesas, representada por um superávit orçamentário de R\$ 358,7 milhões, fruto principalmente da arrecadação dos royalties de petróleo (receita eventual e sazonal).

A despesa total liquidada do Estado em fevereiro (R\$ 1.004 milhões) aumentou 15,4% em relação a fevereiro. Tanto as despesas correntes quanto as de capital subiram em fevereiro. No grupo das despesas correntes, houve queda de 2,9% nas despesas com pessoal e de 14,4% nas despesas com juros e encargos da dívida, porém, ocorreu aumento de 136,9% em outras despesas correntes, oriundo, principalmente, das seguintes despesas: outros serviços de terceiros – pessoa jurídica (111%); material de consumo (757%) e passagens e despesas com locomoção (222%). No grupo das despesas de capital, houve um considerável aumento das despesas com investimentos (40.634,5%) decorrente de obras e instalações (29.336%), equipamentos e material permanente (3.436%) e aquisição de imóveis (5.393%). As despesas com inversões financeiras (concessões de empréstimos e financiamentos) aumentaram 15,3% em relação a janeiro e a amortização da dívida caiu 31,1% em relação ao mesmo mês.

A receita corrente líquida (RCL) do Estado atingiu 12.031 milhões, subindo 0,9% em relação a janeiro. Foi o melhor resultado nos últimos 12 meses. A evolução da RCL demonstra que outubro de 2016 foi o mês de inflexão na trajetória: ocorreu um comportamento de queda entre março e outubro de 2016 e aumento a partir daí. Ressalta-se que a RCL não é um parâmetro econômico, mas fiscal.

As despesas com pessoal em relação à RCL ficaram abaixo dos limites legais para a Ales (1,25%) e TCEES (0,838%). Quanto ao Poder Executivo, o MP e o ente estadual, o percentual ficou dentro do limite de alerta, respectivamente, 44,50%, 1,81% e 54,37%. O Poder Judiciário apresentou percentual 5,98%, demonstrando que saiu do limite legal, mas permanece no limite prudencial, estando sujeito às vedações do artigo 22, parágrafo único, da LRF.

O endividamento estadual em relação à RCL, em 31/12/2016, encontra-se dentro dos limites permitidos pela LRF, apresentando folga: dívida consolidada líquida de 26,41% (limite: 200%), operações de crédito de 2,49% (limite: 16%), garantias concedidas de 0,31% (limite: 22%) e parcerias público-privadas de 0,17% (limite: 5%).

Os resultados primário e nominal apresentam cenário favorável, contudo, com comportamento inverso em relação às metas estabelecidas na LDO.

No comparativo entre o mês de fevereiro de 2017 com janeiro de 2016, observa-se uma queda no ICMS de 15,74%, um aumento de 11,35% na receita de compensação financeira, um aumento de 35,29% na receita total e uma queda de 0,76% na despesa total liquidada.

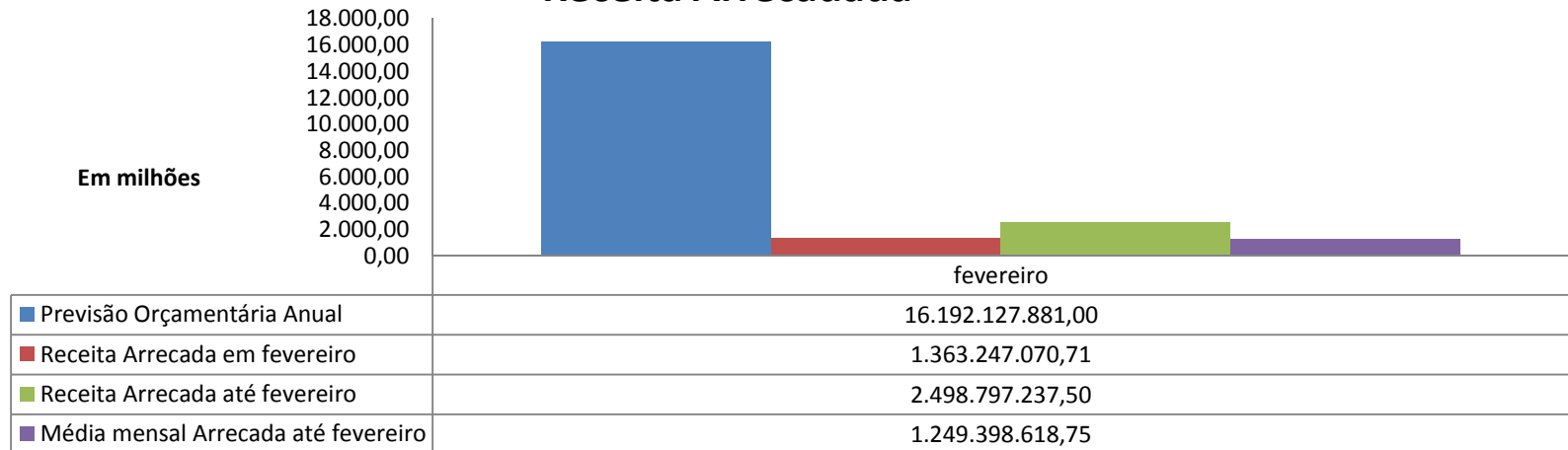
A despesa com pessoal de fevereiro de 2017 em relação à de fevereiro de 2016 apresentou queda de 0,39% para o TCEES, de 2,80% para o TJ, de 0,68% para o Poder Executivo e de 0,76% para o Ente estadual. A despesa com pessoal do MP e da Ales apresentaram, respectivamente, aumento de 1,73% e 2,50%. A RCL apresentou aumento de 0,56% no período de referência.

Fonte: Secretaria de Controle Externo de Macroavaliação Governamental (SecexGoverno) do TCEES.

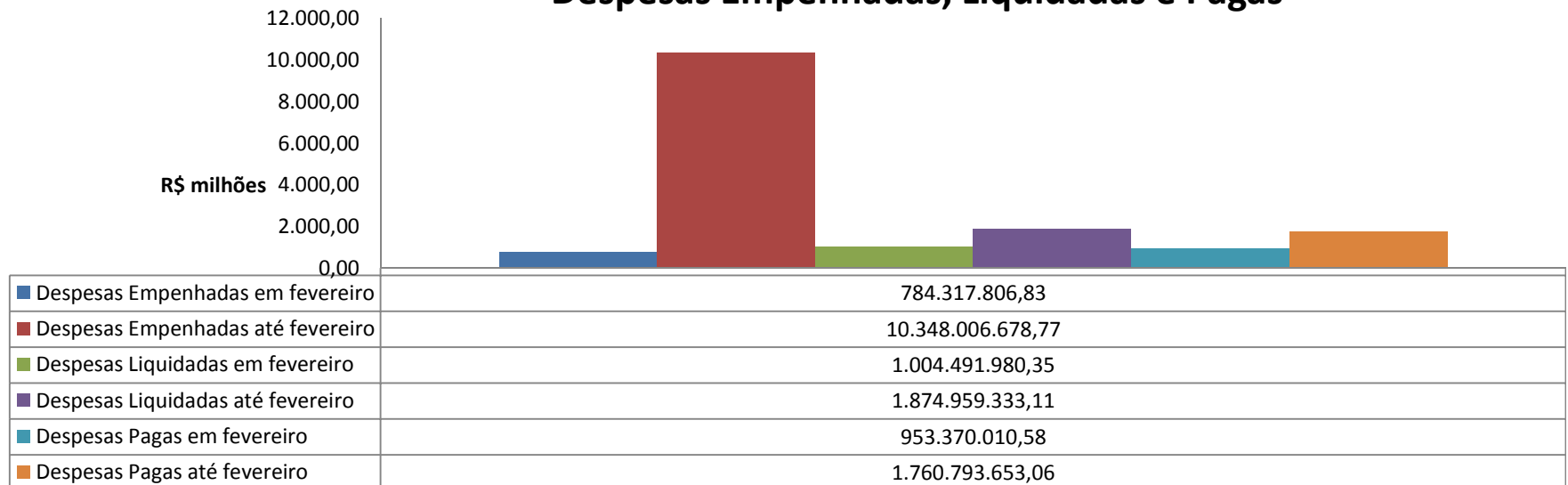
Execução Orçamentária

Receita x Despesa

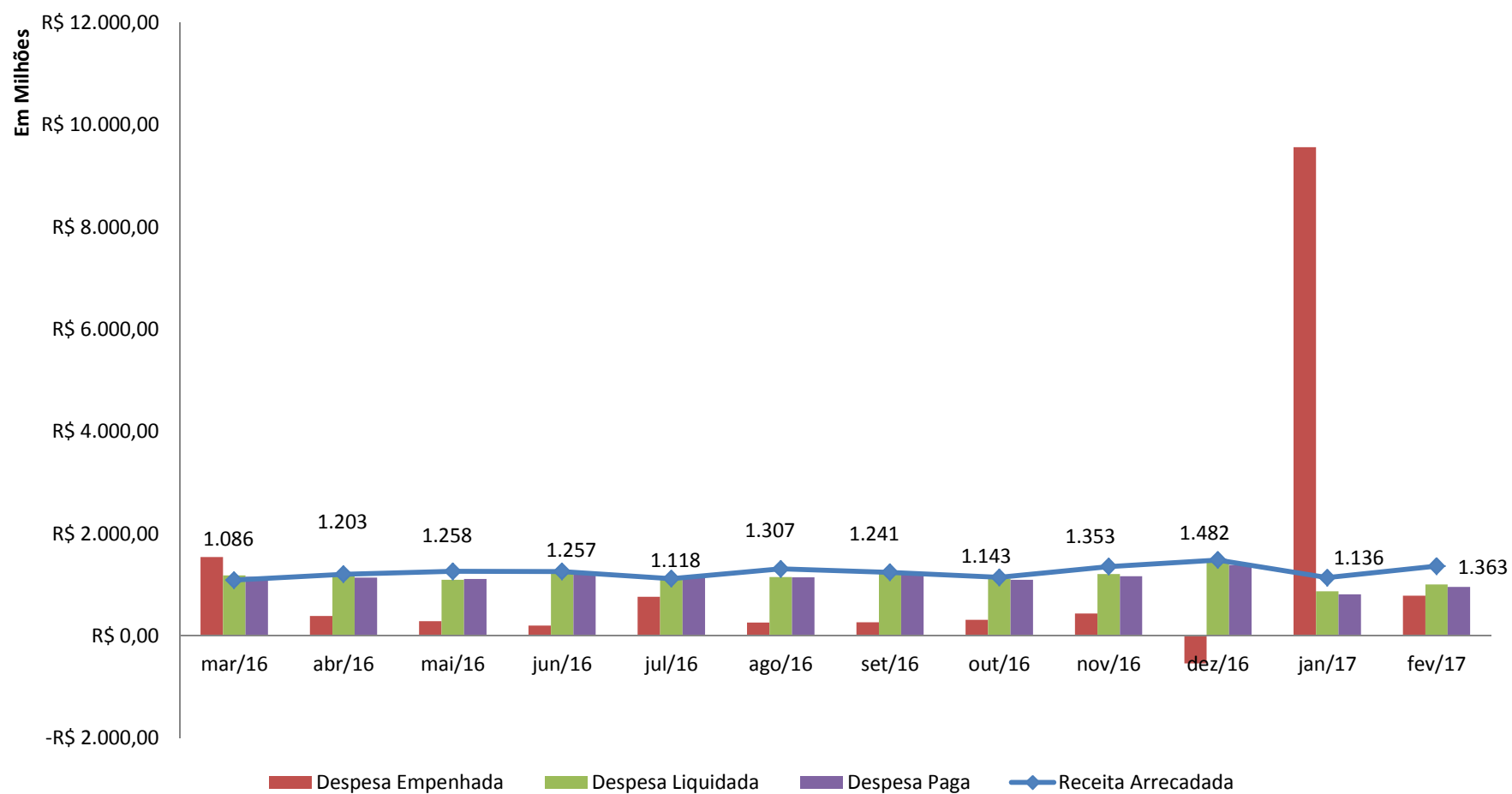
Receita Arrecadada



Despesas Empenhadas, Liquidadas e Pagas



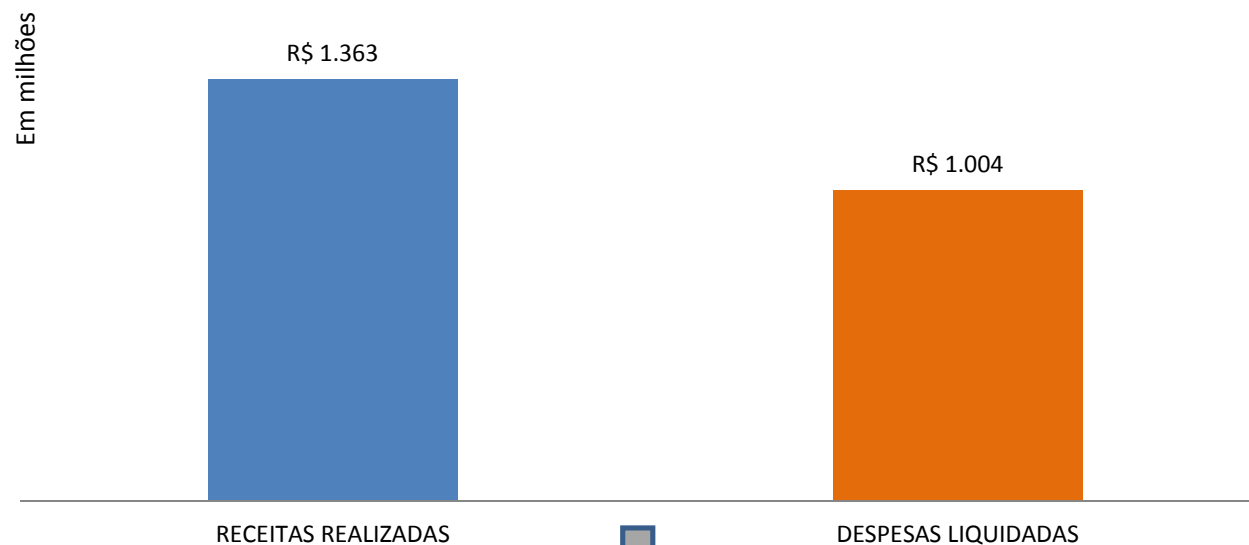
Evolução Mensal da Receita e da Despesa



Fonte: LDO/2016 e Sigefes - Relatório SecexGoverno 6.1 BOR e 6.2 BOD

Resultado Orçamentário

Balanço Orçamentário Anual no mês de fevereiro

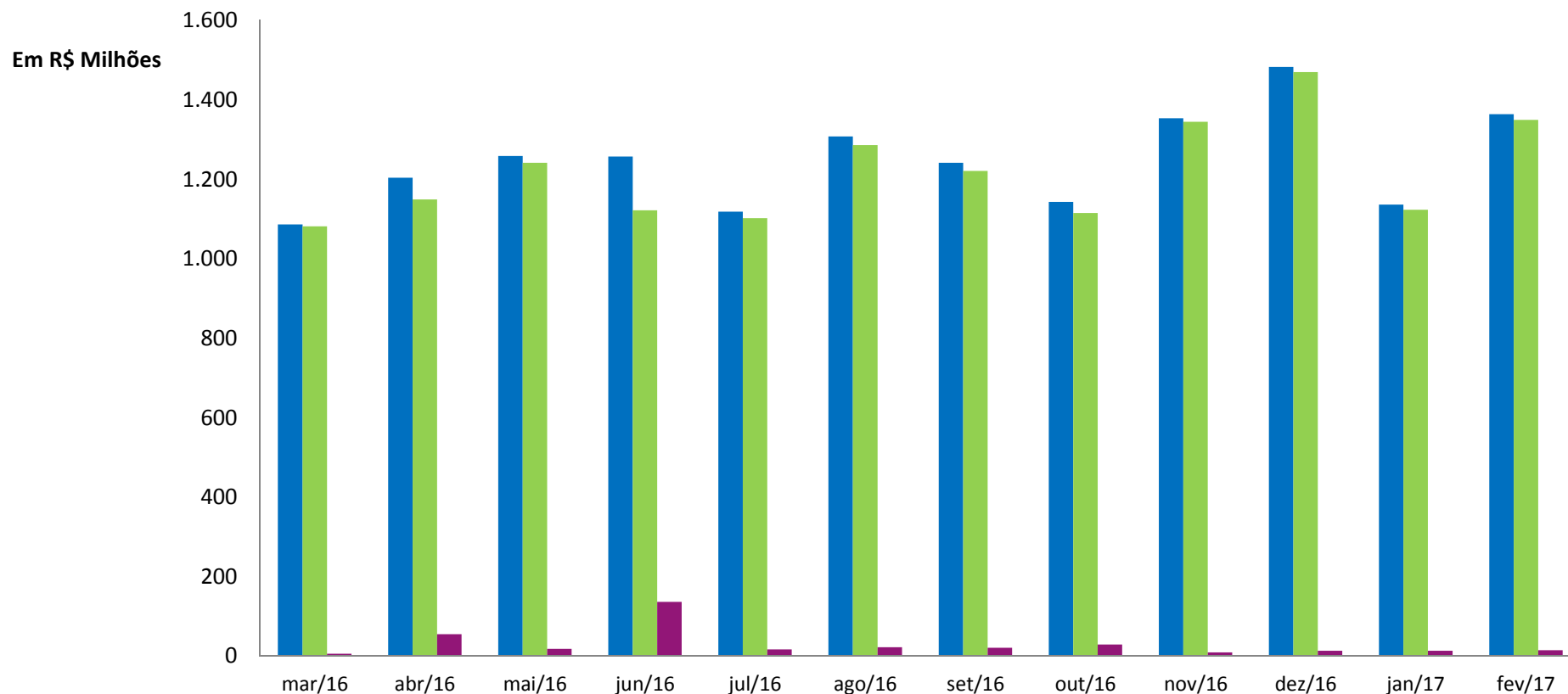


Somente em fevereiro/2017

Superávit Orçamentário

R\$ 358.755.090,36

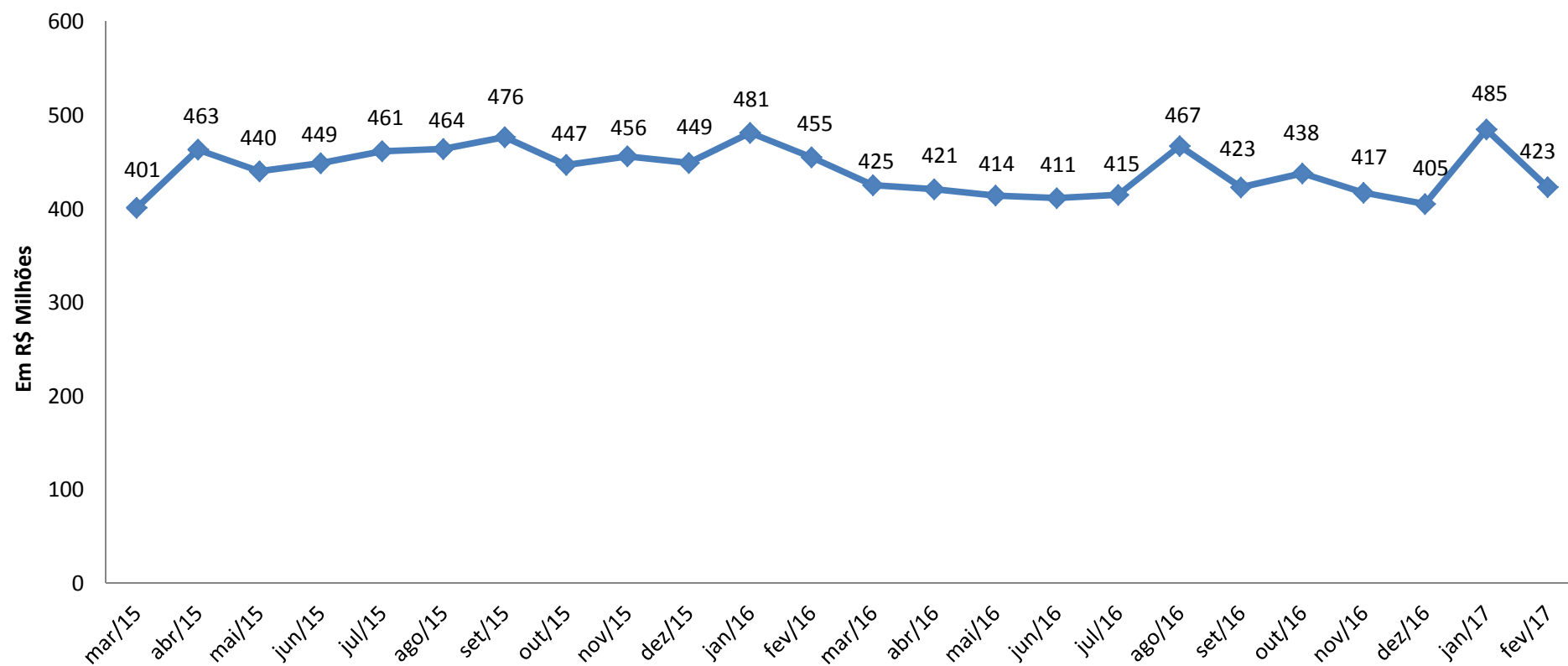
Receita Realizada



	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17
■ Receita Arrec. Total	1.086	1.203	1.258	1.257	1.118	1.307	1.241	1.143	1.353	1.482	1.136	1.363
■ Receita Corrente	1.081	1.149	1.241	1.121	1.102	1.286	1.220	1.115	1.344	1.469	1.123	1.349
■ Receita de Capital	5	55	18	136	16	22	20	28	9	13	13	14

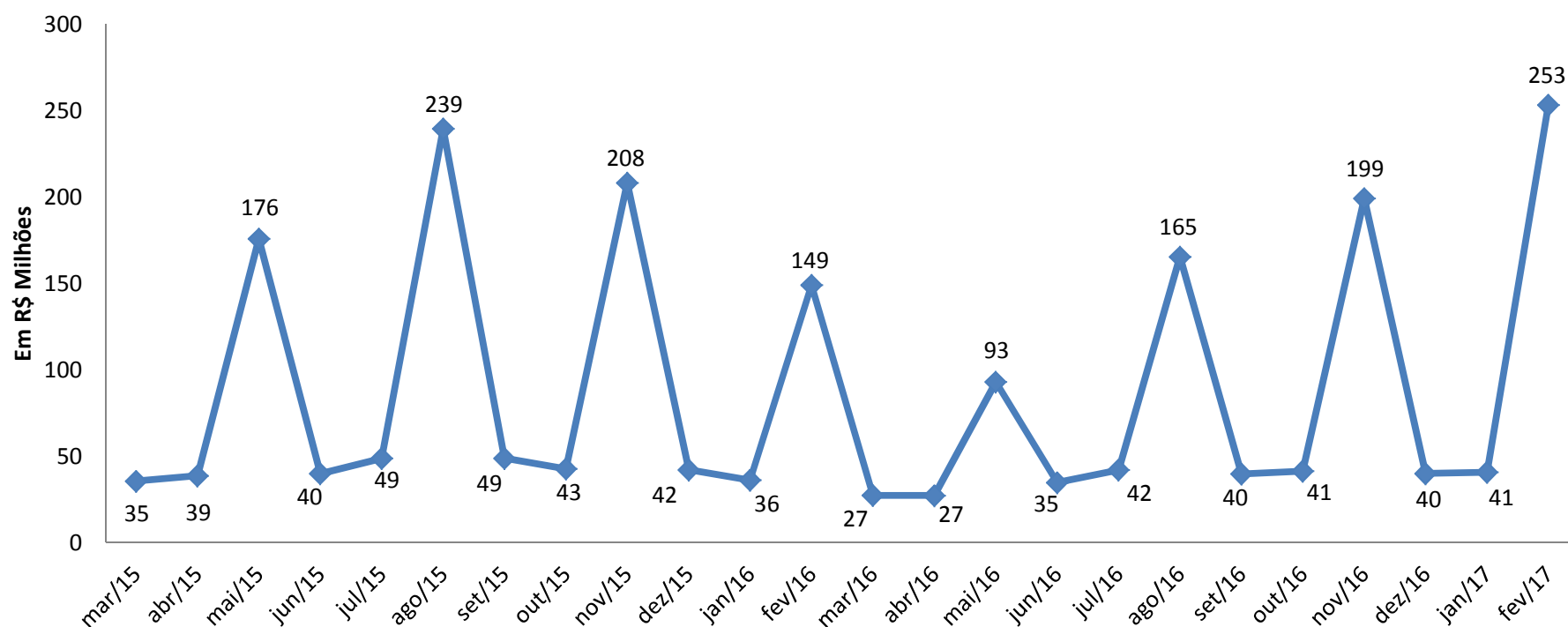
Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGovern0 6.1 BOR

Arrecadação do ICMS



Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.1 BOR

Arrecadação da Compensação Financeira

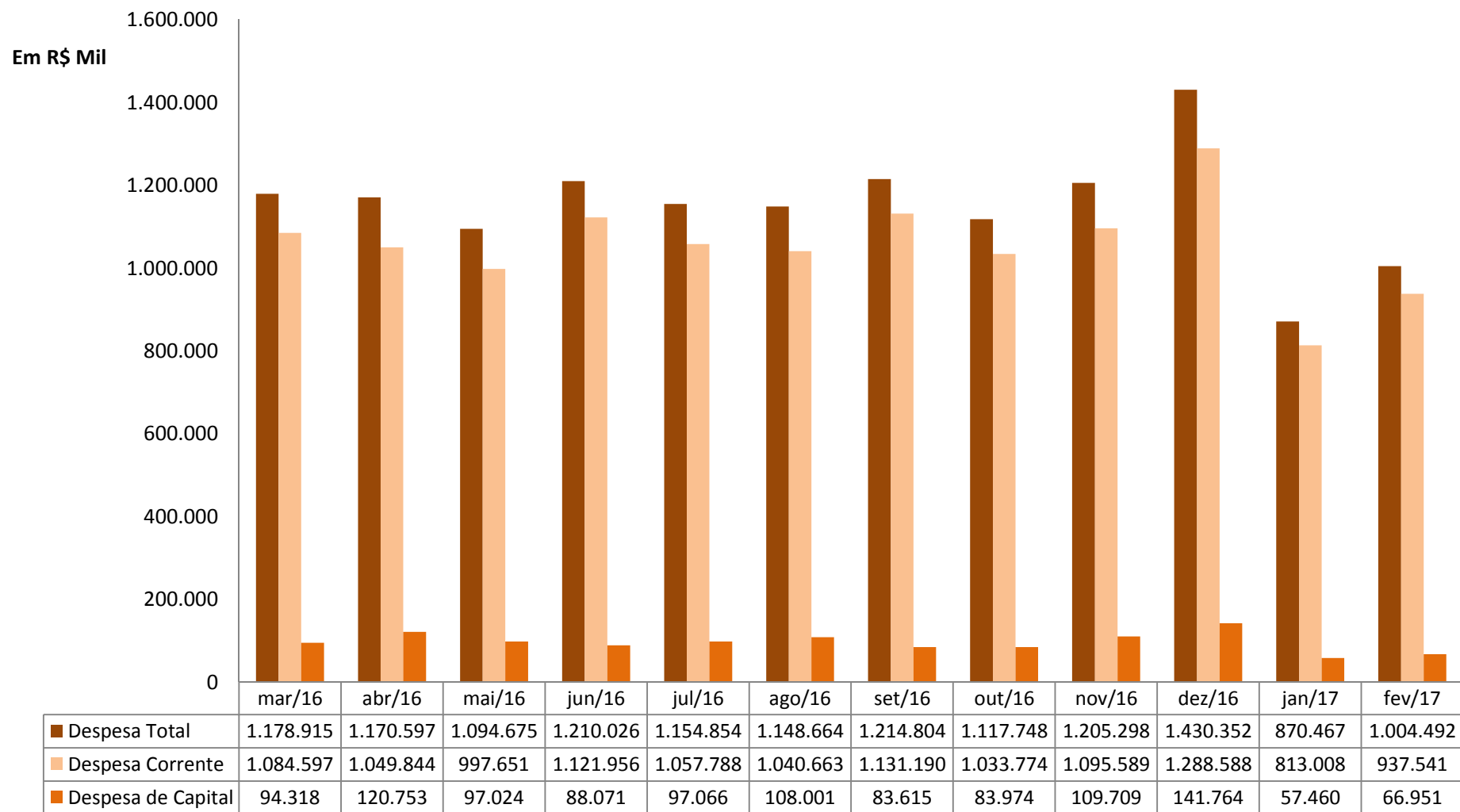


* A Receita da Compensação Financeira é composta por: Cota Parte Comp. Financ. De Recursos Hídricos; de Recursos Minerais; Royalties Comp. Financ. Lei 7990/89; Royalties Part. Especial ; Fundo Especial do Petróleo –FEP e Royalties P/ Excedente Petróleo.

A série apresenta arrecadação significativa a cada três meses, quando ocorre o repasse dos royalties do petróleo, seguida de queda nos dois meses seguintes.

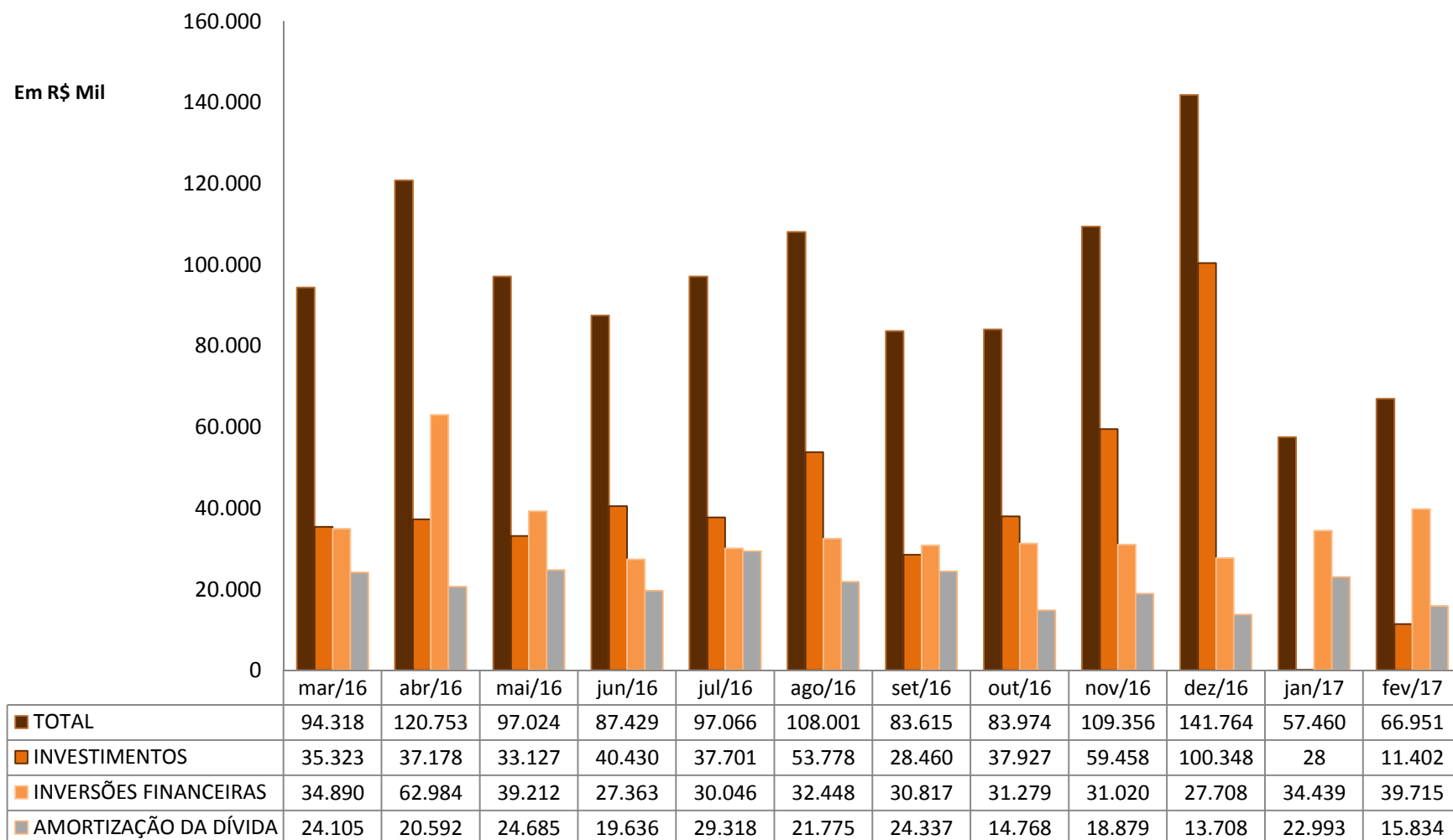
Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.1 BOR

Despesa Liquidada



Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGovern0 6.2 BOD

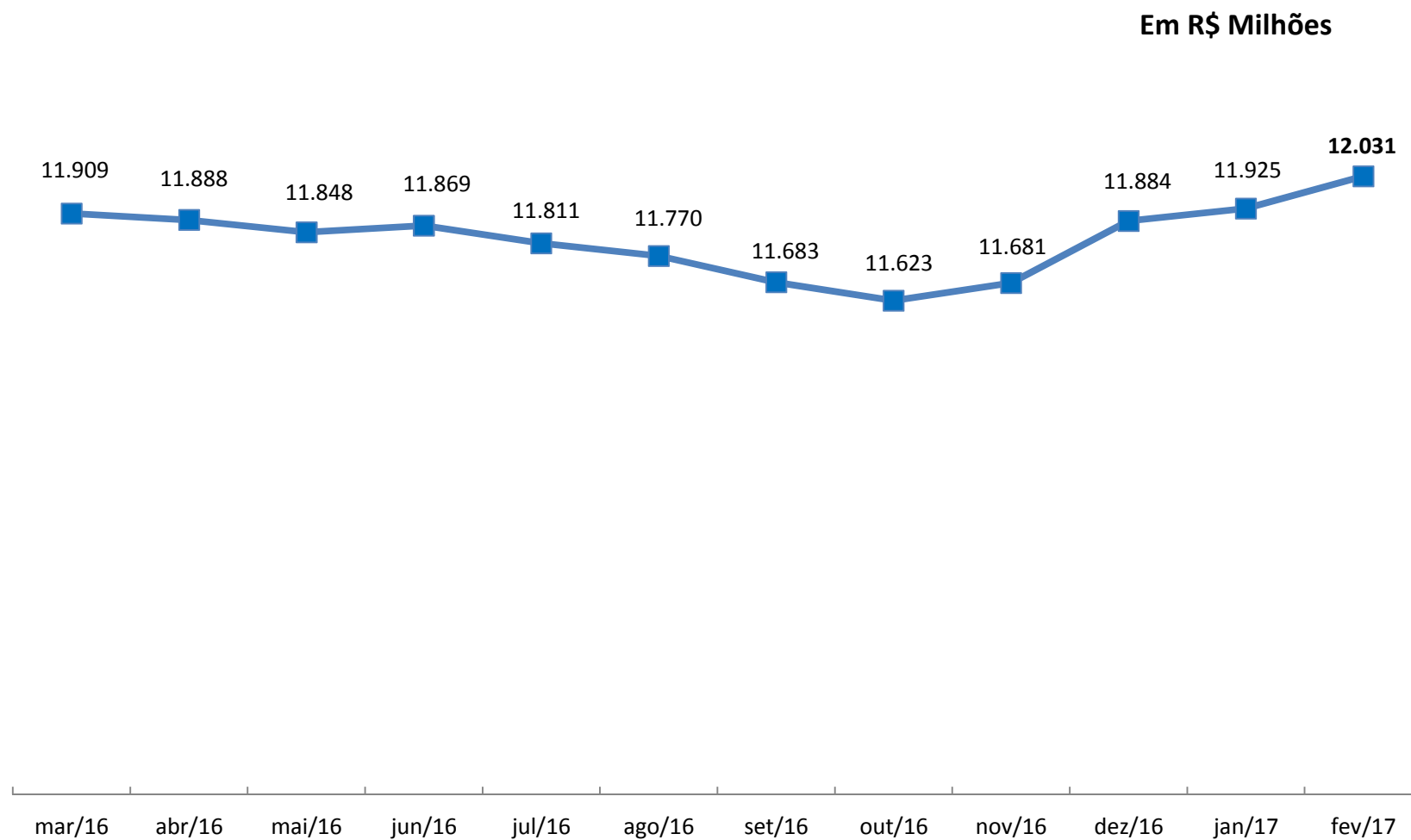
Despesa de Capital (Liquidada) por Grupo



Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGovern0 6.2 BOD

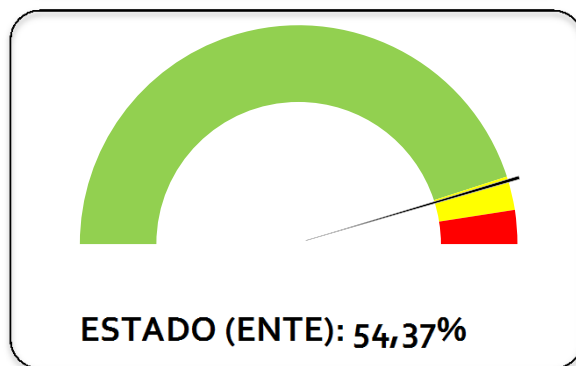
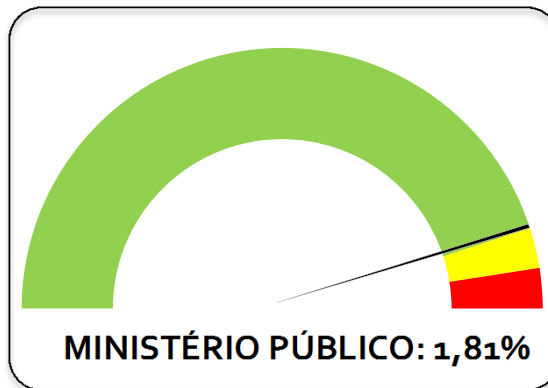
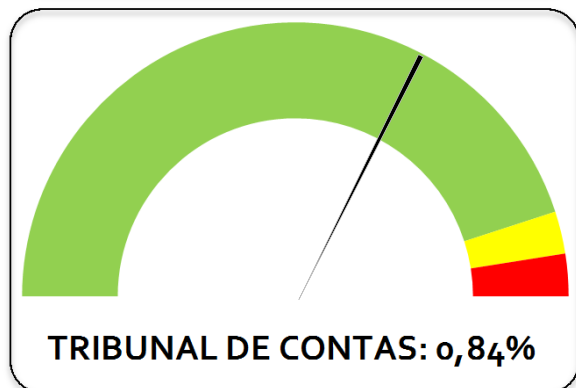
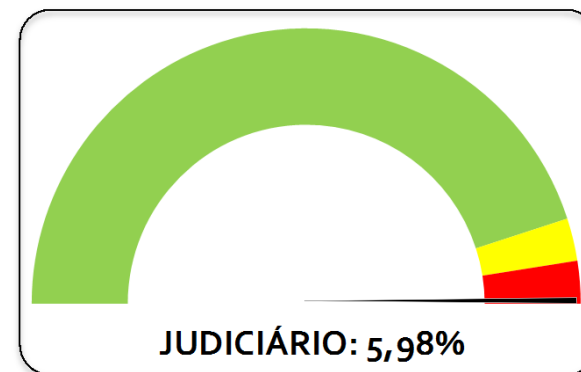
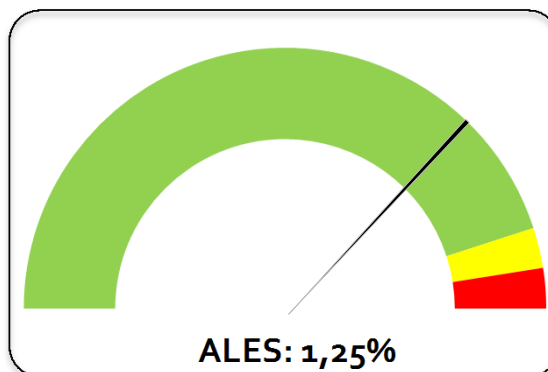
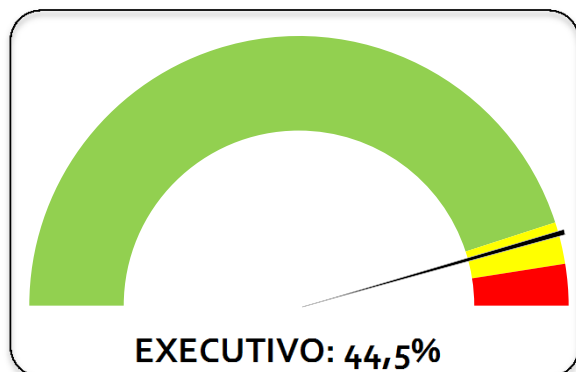
Limites e Metas

Receita Corrente Líquida






Fonte: Sigefes - SecexGoverno 03 RCL

Limites de Despesas com Pessoal segundo a LRF

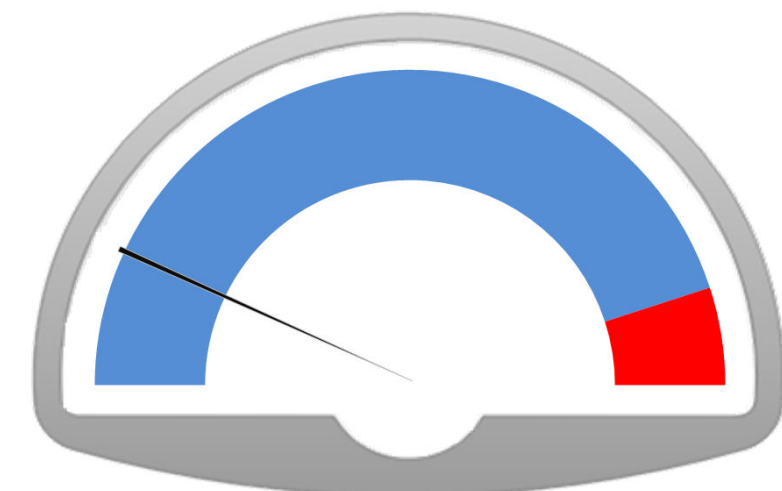


Legenda:

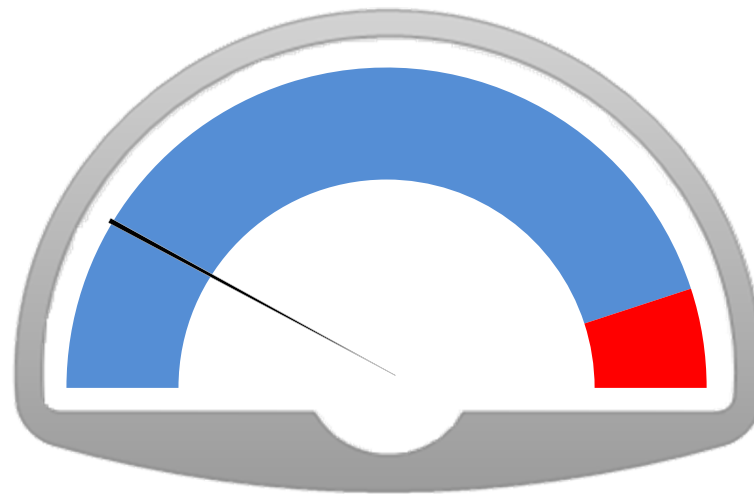
-  Abaixo do limite de alerta
-  Entre o limite de alerta e o limite prudencial
-  Entre o limite prudencial e o limite legal

Fonte: Sigefes - Relatório LRF 06.4, LRF 06.2, 06.1, LRF 03 e LRF 10.
Nota: metodologia conforme Decisão TC 06/2001, Resolução TC 189/2003 e precedentes firmados neste TCEES. Aguardando "regra de transição".

Limites de Endividamento segundo a LRF

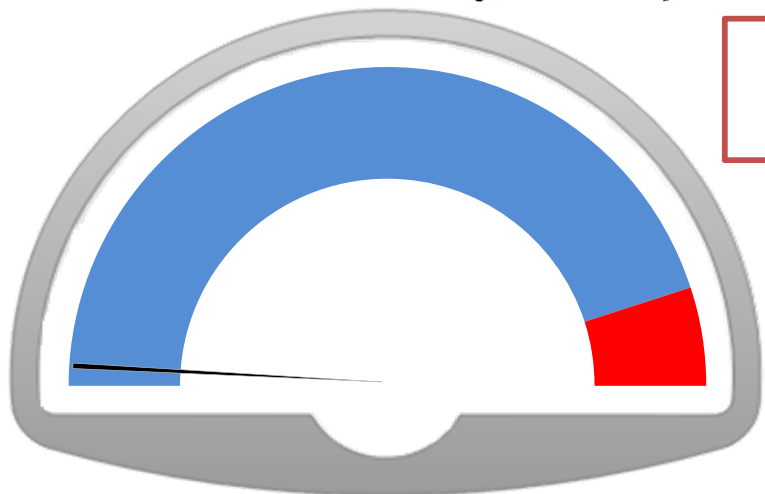


DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA: 26,41%

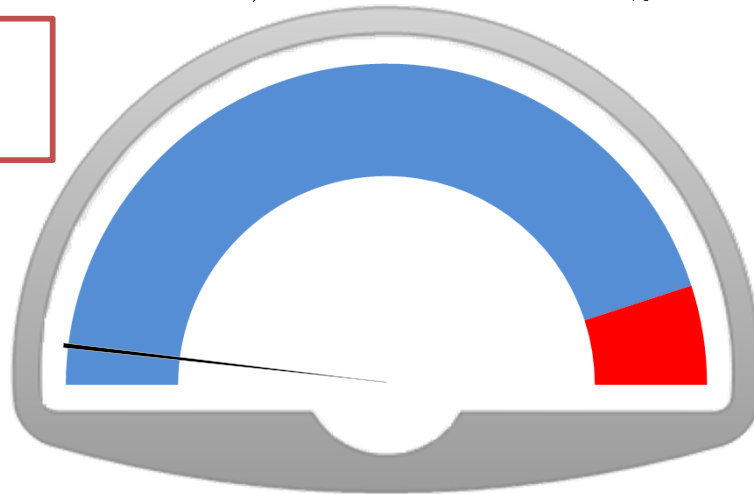


OPERAÇÕES DE CRÉDITO: 2,49%

Situação até
31/12/2016



GARANTIAS CONCEDIDAS: 0,31%



PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: 0,17%

Legenda:

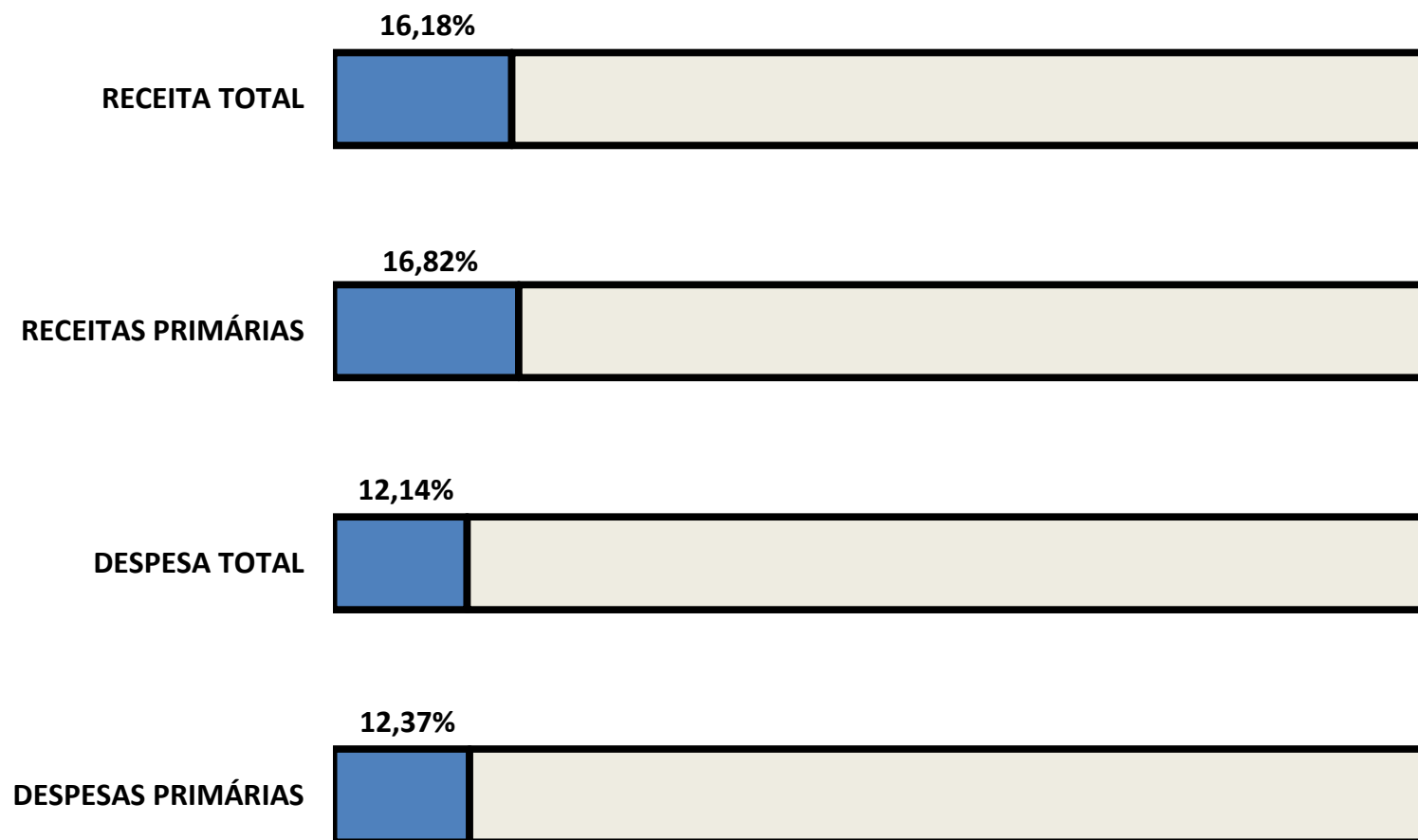


Abaixo do limite de alerta



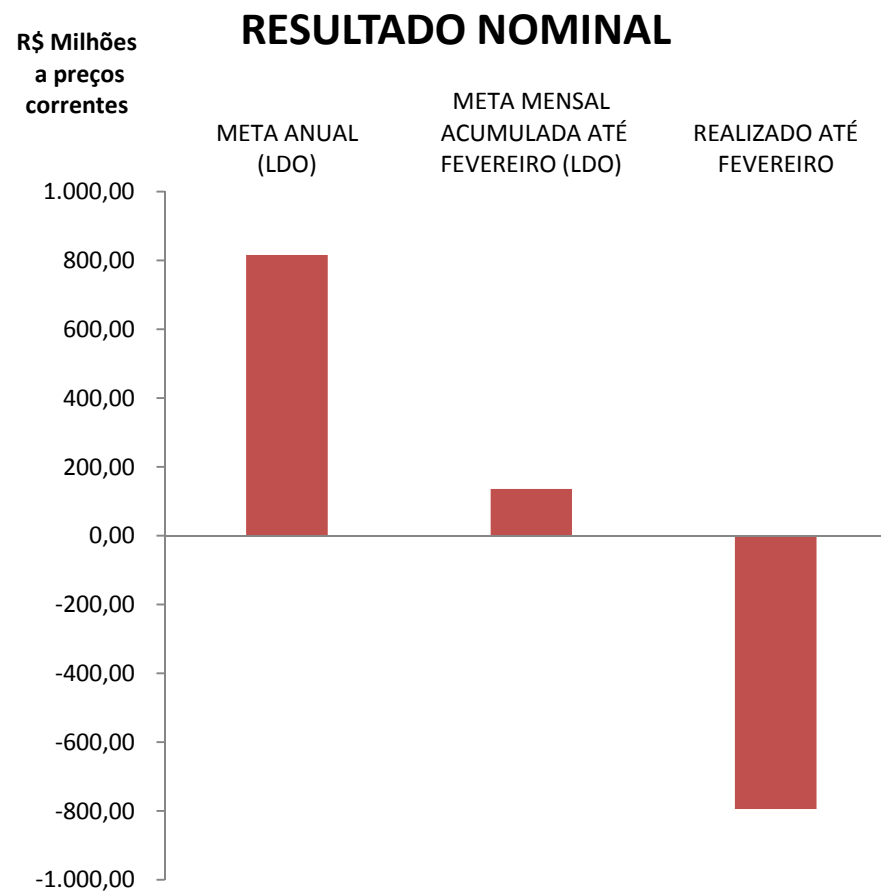
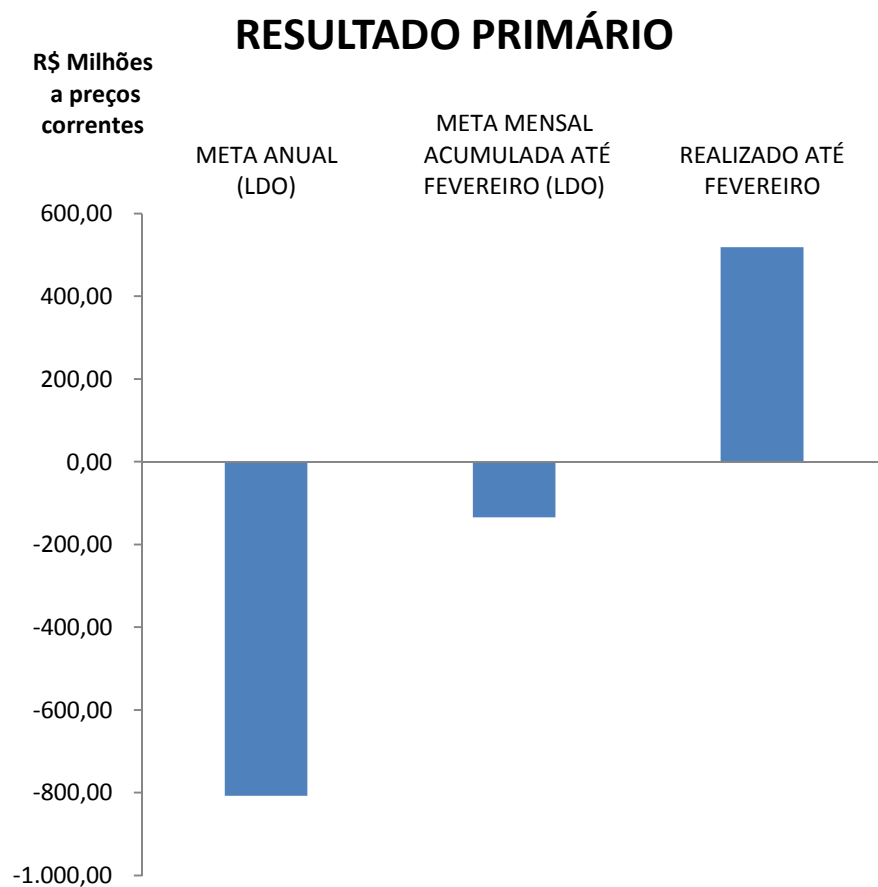
Entre o limite de alerta e o limite LEGAL

Atingimento das Metas Anuais Previstas na LDO



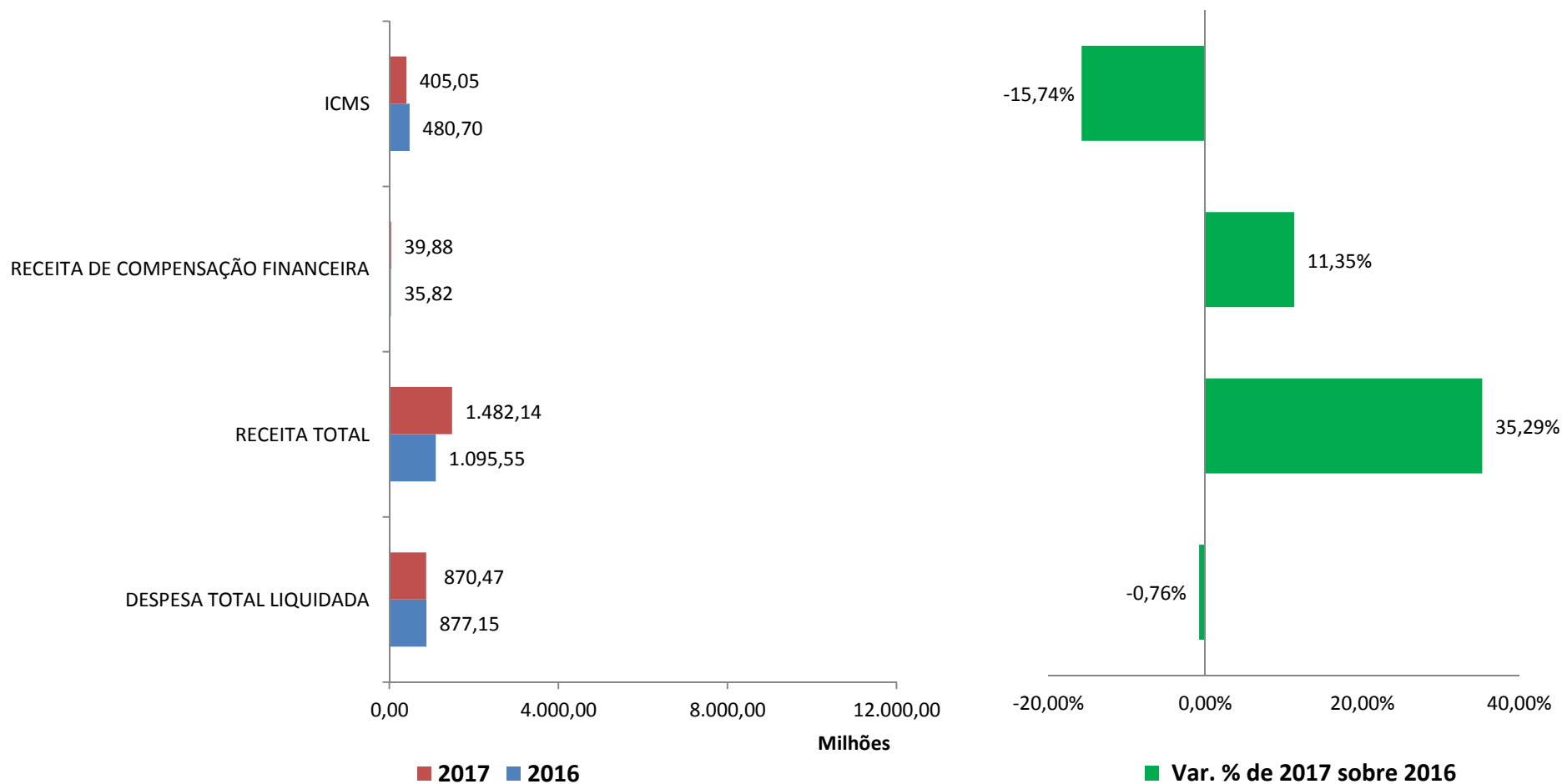
Fonte: LDO/2017 e Sigefes - Relatório RREO 01.

Comportamento dos Resultados Primário e Nominal em 2017 (LDO)

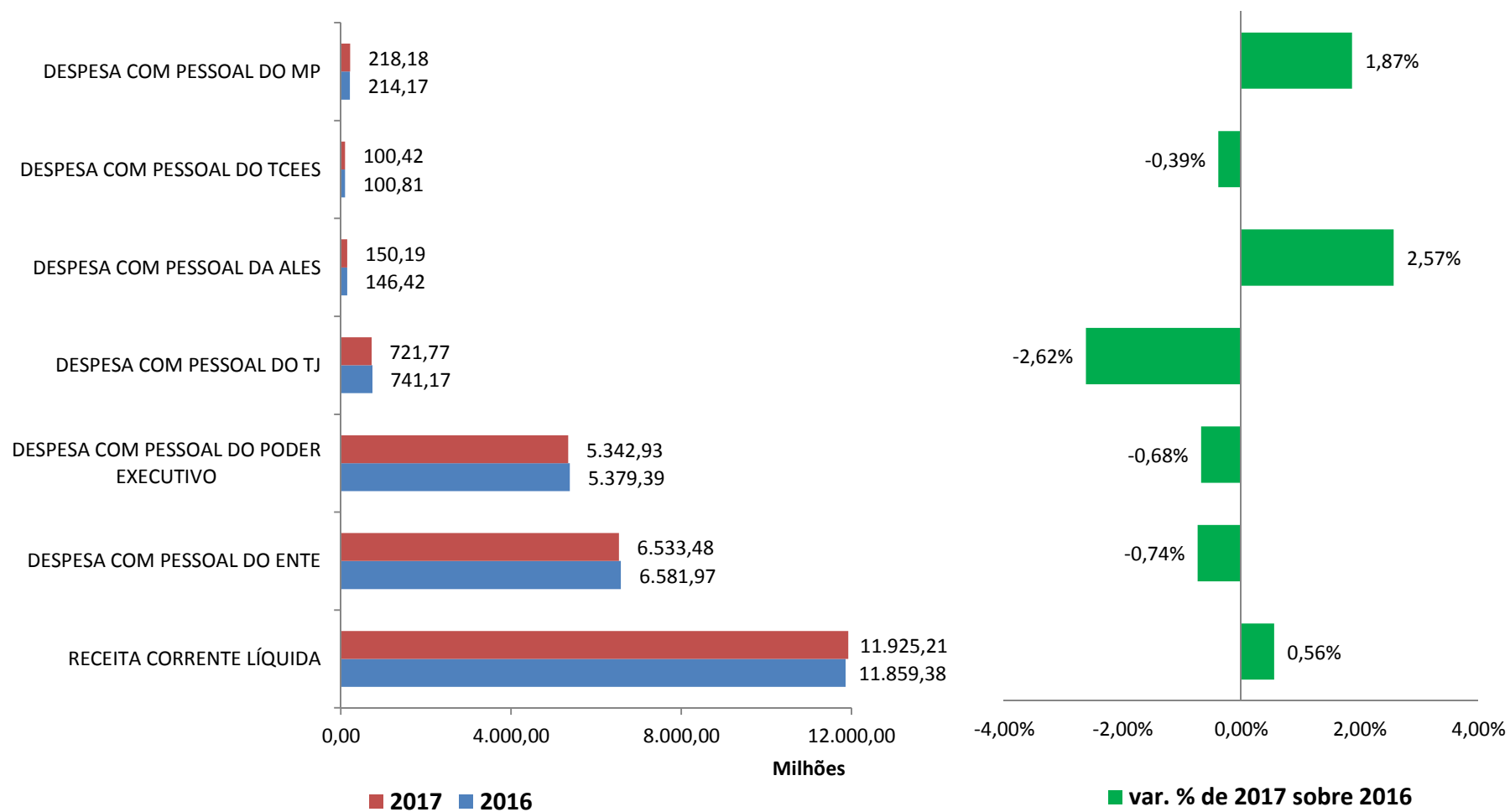


Fonte: LDO/2017 e Sigefes - Relatório RREO 01.

Comparativo da execução orçamentária fevereiro de 2016 X fevereiro de 2017



Comparativo da despesa com pessoal fevereiro de 2016 X fevereiro de 2017



Anexos

Receita Prevista x Arrecadada

Comparativo da Receita Prevista Atualizada e a Arrecadada pelo Estado - 2016/2017								
Exercício	Orçamento			Receita Arrecadada			Diferença (até o mês)	
	Previsão Atualizada (a)	Média Mensal (b = a/12)	Até o Mês (c = bx2)	No mês	Até o mês (d)	Média Mensal	Orçada x Arrecadada (d-c)	Var. % (d/c)
2016	17.257.865.636,00	1.438.155.469,67	2.876.310.939,33	1.095.550.642,54	1.095.550.642,54	547.775.321,27	- 1.780.760.296,79	-61,91%
2017	16.192.127.881,00	1.349.343.990,08	2.698.687.980,17	1.363.247.070,71	2.498.797.237,50	1.249.398.618,75	- 199.890.742,67	-7,41%
Varição % (2017/2016)	-6,18%	-6,18%	-6,18%	24,43%	128,09%	128,09%	-88,77%	-88,04%

Comparativo da Receita Prevista Atualizada e a Arrecadada pelo Estado nos meses de 2017								
Exercício 2017	Orçamento			Receita Arrecadada			Diferença Orçada x Arrecadada	
	Previsão Atualizada (a)	Média Mensal (b = a/12)	Até o Mês (c) ¹	No mês (d)	Até o mês (e)	Média Mensal ²	No mês (d-b)	Até o mês (e-c)
Jan	16.192.127.881,00	1.349.343.990,08	1.349.343.990,08	1.135.550.166,79	1.135.550.166,79	1.135.550.166,79	-213.793.823,29	-213.793.823,29
Fev	16.192.127.881,00	1.349.343.990,08	2.698.687.980,17	1.363.247.070,71	2.498.797.237,50	1.249.398.618,75	13.903.080,63	-199.890.742,67
Mar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abr	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jun	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Jul	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ago	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Set	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Out	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Nov	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dez	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: Sigefes, 15/02/2017.

Notas: 1) Refere-se à média mensal (coluna "b") multiplicada pelo número do mês correspondente.

2) Refere-se à coluna "e" dividida pelo número do mês correspondente.

Evolução dos principais itens da Receita Arrecadada

RECEITA ARRECADADA	mar/16	abr/16	mai/16	jun/16	jul/16	ago/16
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)	907.601.877,23	1.023.659.472,09	1.087.158.197,48	1.077.007.310,98	931.604.794,11	1.122.631.141,68
RECEITAS CORRENTES (II)	902.705.653,96	969.110.400,04	1.069.492.200,61	941.275.794,55	915.557.662,41	1.100.974.848,92
RECEITA TRIBUTARIA	535.055.928,33	564.610.383,32	562.736.225,35	530.092.549,84	536.752.136,92	587.977.234,34
IMPOSTOS	494.431.350,22	521.671.933,52	517.768.072,43	484.933.110,31	479.102.907,97	525.994.290,41
IPVA	17.680.701,99	47.727.729,61	53.489.522,59	21.278.379,61	10.823.404,13	6.940.108,66
ICMS	425.163.175,62	420.814.864,10	414.123.230,04	411.274.555,58	414.765.075,62	467.019.603,73
TAXAS	40.624.578,11	42.938.449,80	44.968.152,92	45.159.439,53	57.649.228,95	61.982.943,93
TRANSFERENCIAS CORRENTES	246.378.641,40	276.750.069,44	373.413.454,88	278.702.195,71	250.741.603,69	370.102.482,56
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	245.607.484,02	275.295.550,94	372.556.792,18	277.005.687,58	245.249.520,57	369.414.125,97
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	74.615.332,43	93.349.118,67	112.680.929,78	89.651.023,37	71.032.457,13	84.787.534,24
TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	27.292.913,09	27.171.206,20	92.868.984,11	34.686.234,56	41.899.856,51	165.357.721,91
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	47.747.845,76	47.365.098,24	47.523.081,92	47.964.274,24	45.980.747,13	47.609.204,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.063.033,24	21.732.182,74	26.477.650,65	39.449.693,93	20.768.295,12	37.969.448,67
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	2.532.924,78	6.416.896,01	6.093.771,37	2.264.863,03	2.253.215,29	17.465.837,81
RECEITAS DE CAPITAL (III)	4.896.223,27	54.549.072,05	17.665.996,87	135.731.516,43	16.047.131,70	21.656.292,76
OPERACOES DE CREDITO	0,00	50.838.392,04	12.838.922,00	130.000.000,00	10.076.746,16	16.448.220,00
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)	178.309.288,45	179.507.645,69	171.311.313,93	180.062.193,56	186.283.062,27	184.561.412,21
RECEITAS CORRENTES (V)	178.309.288,45	179.507.645,69	171.311.313,93	180.062.193,56	186.283.062,27	184.561.412,21
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	16.896,81	96.029,83	16.447,90	32.714,40	15.121,88	16.485,17
RECEITAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)	1.085.911.165,68	1.203.167.117,78	1.258.469.511,41	1.257.069.504,54	1.117.887.856,38	1.307.192.553,89

Fonte: Sigefes 2017.

Evolução dos principais itens da Receita Arrecadada (continuação)

RECEITA ARRECADADA	set/16	out/16	nov/16	dez/16	jan/17	fev/17
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)	1.052.998.080,95	963.837.339,16	1.171.083.722,48	1.259.461.003,63	983.356.126,94	1.178.119.634,96
RECEITAS CORRENTES (II)	1.032.534.653,90	935.515.307,59	1.162.306.843,60	1.246.408.427,97	970.387.010,64	1.163.704.793,58
RECEITA TRIBUTARIA	535.070.004,55	562.267.788,14	530.093.900,74	511.657.092,47	585.913.106,15	512.310.946,73
IMPOSTOS	480.609.604,93	506.586.241,65	476.343.392,75	465.497.374,46	543.667.303,76	478.620.423,71
IPVA	4.580.096,53	4.023.184,01	3.677.421,42	3.569.953,35	6.022.701,18	5.332.053,70
ICMS	422.954.456,58	437.694.384,87	417.074.564,55	405.050.407,92	484.688.901,89	422.989.893,61
TAXAS	54.460.399,62	55.681.546,49	53.750.507,99	46.159.718,01	42.245.802,39	33.690.523,02
TRANSFERENCIAS CORRENTES	239.647.285,84	259.892.708,40	515.241.650,34	571.770.002,41	269.140.938,63	518.620.625,12
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	238.791.697,77	259.128.510,25	511.953.841,23	560.703.016,37	268.058.634,90	518.588.951,09
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	72.363.656,16	87.686.428,67	162.639.292,03	199.358.488,17	104.606.037,80	125.304.716,67
TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	39.611.074,70	41.293.847,21	199.016.414,35	39.880.480,51	40.668.675,33	253.175.348,84
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	44.205.460,22	50.767.986,13	57.287.331,27	48.524.324,36	38.788.995,60	60.222.811,97
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	152.720.373,09	20.292.153,05	37.631.526,81	28.083.501,36	27.662.050,95	17.570.050,52
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	15.616.827,23	2.696.099,73	2.360.604,38	2.333.301,33	2.699.643,01	2.204.238,69
RECEITAS DE CAPITAL (III)	20.463.427,05	28.322.031,57	8.776.878,88	13.052.575,66	12.969.116,30	14.414.841,38
OPERACOES DE CREDITO	16.195.000,00	25.368.000,00	3.269.196,80	4.119.444,92	8.764.000,00	6.549.350,10
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)	187.899.645,02	179.024.238,53	181.935.698,82	222.682.492,32	152.194.039,85	185.127.435,75
RECEITAS CORRENTES (V)	187.899.645,02	179.024.238,53	181.935.698,82	222.682.492,32	152.194.039,85	185.127.435,75
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TAXAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	645.239,79	6.747,49	3.342,43	15.516,78	86.096,73	29.809,83
RECEITAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)	1.240.897.725,97	1.142.861.577,69	1.353.019.421,30	1.482.143.495,95	1.135.550.166,79	1.363.247.070,71

Fonte: Sigefes 2017.

Comparativo de Receitas Arrecadadas

RECEITA ARRECADADA	No mês		Variação Nominal	Acumulado no ano		Variação Nominal
	fev/16	fev/17		jan/16 a fev/16	jan/17 a fev/17	
RECEITAS (EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS) (I) = (II+III)	1.077.688.767,84	1.178.119.634,96	8,52%	2.031.728.844,40	2.161.475.761,90	6,00%
RECEITAS CORRENTES (II)	1.061.204.143,00	1.163.704.793,58	8,81%	1.991.879.372,66	2.134.091.804,22	6,66%
RECEITA TRIBUTARIA	553.756.134,83	512.310.946,73	-8,09%	1.110.141.561,90	1.098.224.052,88	-1,09%
IMPOSTOS	518.100.783,87	478.620.423,71	-8,25%	1.038.659.845,93	1.022.287.727,47	-1,60%
IPVA	9.104.820,60	5.332.053,70	-70,76%	14.461.401,24	11.354.754,88	-27,36%
ICMS	454.622.233,29	422.989.893,61	-7,48%	935.319.997,33	907.678.795,50	-3,05%
TAXAS	35.655.350,96	33.690.523,02	-5,83%	71.481.715,97	75.936.325,41	5,87%
TRANSFERENCIAS CORRENTES	390.169.217,41	518.620.625,12	24,77%	659.427.191,72	787.761.563,75	16,29%
TRANSFERENCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	388.532.405,55	518.588.951,09	25,08%	656.714.929,86	786.647.585,99	16,52%
PARTICIPACAO NA RECEITA DA UNIAO	115.209.940,03	125.304.716,67	8,06%	218.654.466,43	229.910.754,47	4,90%
TRANSF. DA COMPENSACAO FINANCEIRA	149.434.600,86	253.175.348,84	40,98%	185.250.606,44	293.844.024,17	36,96%
TRANSF. DE RECURSOS DO SUS	47.481.725,98	60.222.811,97	21,16%	94.357.171,55	99.011.807,57	4,70%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	18.853.796,57	17.570.050,52	-7,31%	36.044.903,01	45.232.101,47	20,31%
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	3.916.197,42	2.204.238,69	-77,67%	6.216.931,04	4.903.881,70	-26,78%
RECEITAS DE CAPITAL (III)	16.484.624,84	14.414.841,38	-14,36%	39.849.471,74	27.383.957,68	-45,52%
OPERACOES DE CREDITO	11.929.702,50	6.549.350,10	-82,15%	29.929.702,50	15.313.350,10	-95,45%
RECEITAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)	175.970.612,90	185.127.435,75	4,95%	317.481.178,88	337.321.475,60	5,88%
RECEITAS CORRENTES (V)	175.970.612,90	185.127.435,75	4,95%	317.481.178,88	337.321.475,60	5,88%
RECEITA TRIBUTÁRIA	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
TAXAS	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	166.657,71	29.809,83	-459,07%	244.180,39	115.906,56	-110,67%
RECEITAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
RECEITA TOTAL ARRECADADA (VII) = (I+IV)	1.253.659.380,74	1.363.247.070,71	8,04%	2.349.210.023,28	2.498.797.237,50	5,99%

Fonte: Sigefes 2017 - Relatório - SecexGOverno 6.1 BOR.

Elaboração: SecexGOverno.

Comparativo de Despesas Liquidadas

ITENS DE DESPESAS	NO MÊS		VARIÇÃO NOMINAL	ACUMULADO NO ANO		VARIÇÃO NOMINAL
	fev/16	fev/17		jan/16 a fev/16	jan/17 a fev/17	
DESPESAS EXCETO INTRAORÇAMENTÁRIAS (I) = (II+III)	799.552.737,41	818.843.310,54	2,36%	1.501.190.306,53	1.515.520.656,52	0,95%
DESPESAS CORRENTES (II)	728.772.144,39	751.892.365,63	3,07%	1.361.389.413,02	1.391.110.050,87	2,14%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	519.845.314,83	519.671.671,02	-0,03%	1.065.993.608,30	1.055.068.173,02	-1,04%
APOSENTADORIAS DO RPPS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS DOS MILITARES	155.253.514,47	168.612.021,99	7,92%	309.912.375,03	335.305.854,83	7,57%
CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	23.558.943,46	36.124.245,23	34,78%	37.365.645,93	60.238.845,74	37,97%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	205.272.571,81	198.792.243,39	-3,26%	435.242.496,47	410.590.640,32	-6,00%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL MILITAR	52.423.843,20	51.757.884,05	-1,29%	105.849.279,31	104.691.091,61	-1,11%
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	15.934.349,26	7.763.093,11	-105,26%	31.312.395,37	16.830.588,31	-86,04%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	192.992.480,30	224.457.601,50	14,02%	264.083.409,35	319.211.289,54	17,27%
SUBVENÇÕES SOCIAIS	2.616.000,00	1.190.556,01	-119,73%	2.616.000,00	1.190.556,01	-119,73%
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	8.922.824,94	6.911.155,28	-29,11%	11.115.735,20	12.942.777,48	14,12%
DIÁRIAS - CIVIL	625.370,07	442.638,35	-41,28%	952.400,36	843.050,69	-12,97%
MATERIAL DE CONSUMO	13.951.036,45	16.572.271,03	15,82%	15.145.586,04	18.505.713,57	18,16%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	72.866.803,11	103.693.963,87	29,73%	111.068.820,28	152.832.748,51	27,33%
DESPESAS DE CAPITAL (III)	70.780.593,02	66.950.944,91	-5,72%	139.800.893,51	124.410.605,65	-12,37%
INVESTIMENTOS	7.928.094,51	11.402.044,89	30,47%	8.008.304,06	11.430.036,01	29,94%
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
OBRAS E INSTALAÇÕES	2.055.407,69	5.689.706,86	63,87%	2.055.407,69	5.709.036,23	64,00%
INVERSÕES FINANCEIRAS	41.295.607,69	39.715.312,52	-3,98%	79.699.942,91	74.154.098,09	-7,48%
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	21.556.891,25	15.833.587,50	-36,15%	52.092.646,97	38.826.471,55	-34,17%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS (IV) = (V+VI)	174.712.425,73	185.648.669,81	5,89%	350.223.883,14	359.438.676,59	2,56%
DESPESAS CORRENTES (V)	174.712.425,73	185.648.669,81	5,89%	350.223.883,14	359.438.676,59	2,56%
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	173.809.723,97	184.890.043,53	5,99%	349.261.580,42	358.613.659,18	2,61%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	902.701,76		100,00%	962.301,76	825.017,41	-16,64%
DESPESAS DE CAPITAL (VI)	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00%
TOTAL DESPESAS (VII) = (I + IV)	974.265.163,14	1.004.491.980,35	3,01%	1.851.414.189,67	1.874.959.333,11	1,26%

Fonte: Sigefes - Relatório - SecexGoverno 6.2 BOD.

Nota: Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica: Naturezas 335039 + 339039.

Art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

DESPESA COM PESSOAL - LIMITES LEGAIS

DESPESA COM PESSOAL	LIMITES (%) LRF		
	ALERTA 90% do Limite Legal	PRUDENCIAL 95% do Limite Legal	LEGAL
PODER EXECUTIVO	44,10%	46,55%	49,00%
PODER JUDICIÁRIO	5,40%	5,70%	6,00%
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	1,53%	1,62%	1,70%
TRIBUNAL DE CONTAS	1,17%	1,24%	1,30%
MINISTÉRIO PÚBLICO	1,80%	1,90%	2,00%
ENTE	54,00%	57,00%	60,00%

Nota: Os cálculos a seguir adotam a metodologia conforme Decisão TC 06/2001, Resolução TC 189/2003 e precedentes firmados neste TCEES. Aguardando "regra de transição".

DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL PODER EXECUTIVO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	5.367.899.096,30	45,08%	11.908.657.968,51
abr/16	5.359.720.692,45	45,09%	11.887.670.740,12
mai/16	5.358.051.858,64	45,23%	11.847.524.330,56
jun/16	5.369.067.490,78	45,24%	11.868.891.003,00
jul/16	5.349.888.578,05	45,30%	11.811.191.672,91
ago/16	5.350.301.077,17	45,46%	11.769.605.175,66
set/16	5.360.640.092,92	45,88%	11.682.781.075,49
out/16	5.359.846.557,96	46,11%	11.622.802.159,32
nov/16	5.355.578.577,48	45,85%	11.680.532.303,18
dez/16	5.346.027.602,18	44,98%	11.884.435.326,99
jan/17	5.342.929.849,54	44,80%	11.925.209.043,92
fev/17	5.353.852.810,90	44,50%	12.031.336.996,50

DESPESA COM PESSOAL PODER JUDICIÁRIO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	739.698.010,00	6,21%	11.908.657.968,51
abr/16	737.193.992,29	6,20%	11.887.670.740,12
mai/16	736.022.250,00	6,21%	11.847.524.330,56
jun/16	734.190.009,76	6,19%	11.868.891.003,00
jul/16	731.729.031,59	6,20%	11.811.191.672,91
ago/16	729.595.979,77	6,20%	11.769.605.175,66
set/16	725.897.008,70	6,21%	11.682.781.075,49
out/16	724.025.913,85	6,23%	11.622.802.159,32
nov/16	722.051.892,02	6,18%	11.680.532.303,18
dez/16	721.506.386,50	6,07%	11.884.435.326,99
jan/17	721.766.641,56	6,05%	11.925.209.043,92
fev/17	719.147.914,10	5,98%	12.031.336.996,50

DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	147.244.072,85	1,24%	11.908.657.968,51
abr/16	147.960.927,50	1,24%	11.887.670.740,12
mai/16	148.889.552,20	1,26%	11.847.524.330,56
jun/16	149.583.415,17	1,26%	11.868.891.003,00
jul/16	150.684.401,95	1,28%	11.811.191.672,91
ago/16	151.296.218,41	1,29%	11.769.605.175,66
set/16	151.717.848,83	1,30%	11.682.781.075,49
out/16	152.266.407,20	1,31%	11.622.802.159,32
nov/16	152.241.365,83	1,30%	11.680.532.303,18
dez/16	149.830.979,76	1,26%	11.884.435.326,99
jan/17	150.189.713,32	1,26%	11.925.209.043,92
fev/17	150.263.757,62	1,25%	12.031.336.996,50

DESPESA COM PESSOAL TRIBUNAL DE CONTAS	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	100.306.774,41	0,842%	11.908.657.968,51
abr/16	100.034.823,68	0,842%	11.887.670.740,12
mai/16	99.926.574,76	0,843%	11.847.524.330,56
jun/16	100.345.873,95	0,845%	11.868.891.003,00
jul/16	100.242.286,21	0,849%	11.811.191.672,91
ago/16	100.228.438,73	0,852%	11.769.605.175,66
set/16	99.918.092,52	0,855%	11.682.781.075,49
out/16	100.094.116,70	0,861%	11.622.802.159,32
nov/16	99.992.414,42	0,856%	11.680.532.303,18
dez/16	100.416.015,12	0,845%	11.884.435.326,99
jan/17	100.419.675,54	0,842%	11.925.209.043,92
fev/17	100.808.485,96	0,838%	12.031.336.996,50

DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL MINISTÉRIO PÚBLICO	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	214.113.830,81	1,80%	11.908.657.968,51
abr/16	214.072.097,24	1,80%	11.887.670.740,12
mai/16	214.156.348,76	1,81%	11.847.524.330,56
jun/16	214.768.321,52	1,81%	11.868.891.003,00
jul/16	214.815.825,09	1,82%	11.811.191.672,91
ago/16	214.946.812,95	1,83%	11.769.605.175,66
set/16	214.220.178,91	1,83%	11.682.781.075,49
out/16	214.561.528,90	1,85%	11.622.802.159,32
nov/16	219.363.735,06	1,88%	11.680.532.303,18
dez/16	218.419.419,53	1,84%	11.884.435.326,99
jan/17	218.175.329,04	1,83%	11.925.209.043,92
fev/17	217.415.434,09	1,81%	12.031.336.996,50

DESPESA COM PESSOAL DEFENSORIA PÚBLICA	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF*
abr/16	43.152.819,48
mai/16	43.582.658,11
jun/16	43.922.752,28
jul/16	43.748.383,93
ago/16	41.179.169,86
set/16	40.977.476,80
out/16	40.455.399,53
nov/16	40.319.584,36
dez/16	40.172.895,18
jan/17	39.939.919,61
fev/17	40.235.902,48

*Esses valores constam do Demonstrativo da Despesa com Pessoal do Poder Executivo.

DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF

DESPESA COM PESSOAL ENTE	DESPESA TOTAL COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE DA LRF	%SOBRE A RCL	RCL
mar/16	6.569.261.784,37	55,16%	11.908.657.968,51
abr/16	6.558.982.533,16	55,17%	11.887.670.740,12
mai/16	6.557.046.584,36	55,35%	11.847.524.330,56
jun/16	6.567.955.111,18	55,34%	11.868.891.003,00
jul/16	6.547.360.122,89	55,43%	11.811.191.672,91
ago/16	6.546.368.527,03	55,62%	11.769.605.175,66
set/16	6.552.393.221,88	56,09%	11.682.781.075,49
out/16	6.550.794.524,61	56,36%	11.622.802.159,32
nov/16	6.549.227.984,81	56,07%	11.680.532.303,18
dez/16	6.536.200.403,09	55,00%	11.884.435.326,99
jan/17	6.533.481.209,00	54,79%	11.925.209.043,92
fev/17	6.541.488.402,67	54,37%	12.031.336.996,50

Fonte: Sigefes - Relatórios - SecexGoverno 03 RCL, 04.1 , 04.3 e 04.5 Despesa com Pessoal.

Duodécimos dos Poderes em fevereiro de 2017

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	ORÇAMENTO			DUODÉCIMO								Superávit Financeiro 2016 ²
	Dotação Inicial ¹	Créditos Adicionais	Dotação Atualizada	FIXADO (A)		REPASSADO (B)		DIFERENÇA (C = B - A)		VARIÇÃO % (C / A)		
				No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	No mês	Até o mês	
Assembleia Legislativa do ES ¹	191.905.595	0	191.905.595	15.992.133	31.984.266	15.992.133	31.984.266	0	0	0,00%	0,00%	39.348.061
Tribunal de Contas do ES ²	148.909.021	0	148.909.021	12.409.085	24.818.170	12.409.085	24.818.170	0	0	0,00%	0,00%	53.354.145
Tribunal de Justiça do ES	948.244.359	0	948.244.359	79.020.363	158.040.727	79.039.123	158.059.486	18.760	18.760	0,02%	0,01%	111.770.004
Ministério Público do ES ³	353.480.247	0	353.480.247	29.456.687	58.913.375	29.456.687	58.913.375	0	0	0,00%	0,00%	20.828.588
Defensoria Pública do ES ⁴	47.532.402	0	47.532.402	3.961.034	7.922.067	3.960.200	7.920.400	-833	-1.667	-0,02%	-0,02%	7.854.212

Fonte: SecexGoverno - Sigefes 2016/2017.

1) Conforme LOA/2017 (Lei nº 10.614, de 28 de dezembro de 2016, publicada em 29/12/2016).

2) Consulta Balancete Sigefes 2016 - Conta contábil 821110000.



Secretaria de Controle Externo de Macrogestão Governamental

**Visualize todas as edições no endereço www.tce.es.gov.br
Para tablets e celulares utilizar o endereço https://issuu.com/tce_es**

Nota: Os dados estão em fase de validação por esta Secretaria, sujeitos, portanto, à alteração.



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.
Saiba mais sobre a licença em <http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>